



REQUERIMENTO PARA CONCESSÃO DE TERRENO PARA SEPULTURA PERPÉTUA E PARA SEPULTURA TEMPORÁRIA / OSSÁRIO / JAZIGO – AVERBAMENTO / 2ª VIA DE ALVARÁ

N.º DE CONTRIBUINTE

NOME (1)

MORADA / SEDE

CÓDIGO POSTAL

FREGUESIA

TELEFONE

FAX

E-MAIL

B.I. / CARTÃO DO
CIDADÃO

CONTACTO

Objecto do Requerimento

Na qualidade de^(a) _____, vem requerer a V. Exa.:

Concessão de terreno para:

- Sepultura temporária nº _____ do talhão nº _____ (deposição do cadáver por três anos) Sepultura perpétua nº _____
do talhão nº _____ - Jazigo _____ - Ossário nº _____, para deposição dos restos mortais de
_____, falecido em ____/____/____.

Documentos a apresentar:

- Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão
 - Cartão de Contribuinte

Averbamento

No Alvará de Concessão nº _____ da sepultura perpétua nº _____ do Jazigo _____,
 do Ossário nº _____, registado(a) em nome de _____, Livro nº _____
Para o nome de _____

Documentos a apresentar:

- Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão
 - Cartão de Contribuinte
 - Habilitação de Herdeiros/partilha/inventário
 - Alvará (original)

2ª Via do Alvará de Concessão

Terreno de sepultura perpétua nº _____, do talhão _____ Ossário nº _____ Jazigo _____

Documentos a apresentar:

- Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão
 - Cartão de Contribuinte
 - Comprovativo da qualidade ^(a)

PEDE DEFERIMENTO,

O REQUERENTE,

AOS ____/____/____

Conferi a assinatura do requerente através de B.I./C.C, nº _____, emitido em ____/____/____ e válido até ____/____/____

O Func.: _____

^(a) Testamenteiro, conjugue sobrevivivo, pessoa que viva em condições análogas às dos cônjuges, herdeiro, familiar ou qualquer outra pessoa ou entidade, sucessivamente.

ENTRADA

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

ENTRADA N.º _____
DATA _____
REQUERIMENTO _____
PROCESSO _____
O FUNCIONÁRIO _____

MOD CEM_02

INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

DESPACHO

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

Declaração

Estabelece o art.º 3º do Decreto - Lei nº411/98, de 30 de Dezembro, que:

“ 1 – Têm legitimidade para requerer a prática de actos regulados no presente decreto-lei, sucessivamente:

- a) O testamenteiro, em cumprimento de disposição testamentária;
- b) O cônjuge sobrevivente;
- c) A pessoa que vivia com o falecido em condições análogas às dos cônjuges;
- d) Qualquer herdeiro;
- e) Qualquer familiar;
- f) Qualquer pessoa ou entidade.

2 – Se o falecido não tiver a nacionalidade portuguesa, tem também legitimidade o representante diplomático ou consular do país da sua nacionalidade.

3 – O requerimento para a prática desses actos pode também ser apresentado por pessoa munida de procuração com poderes especiais para esse efeito, passada por quem tiver legitimidade nos termos dos números anteriores.”

Assim, o requerente, no verso identifica e declara, sob compromisso de honra:

- não existir quem o proceda, nos termos do art.º 3º do Decreto – Lei nº411/98 de 30 de Dezembro
- existir quem o proceda, mas não pretendendo ou não podendo aquele requerer qualquer acto previsto no mencionado Decreto - Lei.

Vila Viçosa, ____ de _____ de _____

(Assinatura do familiar ou representante)